

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Companhia Riograndense de Saneamento, na missão de abastecer as necessidades vitais de água e esgoto para 7 milhões de gaúchos em 344 municípios, traz a seus acionistas e comunidades de consumidores, a prestação de contas do ano de 2005 - quando resultados positivos e consistentes premiaram o esforço contínuo e profundo de eficiência realizado por seus 4.373 funcionários.

Em cumprimento às disposições da legislação societária e normas pertinentes, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas este Relatório da Administração, referente às atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2005 e que será, a seu tempo, acompanhado dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, assim como da manifestação do Conselho de Administração.

**1 - PRINCIPAIS RESULTADOS**

Na avaliação dos principais resultados destacados, é fundamental observar a presença de uma variável adicional, sempre relacionada aos dados apresentados. Resultados positivos, para uma empresa pública, só se integram perante o cumprimento concomitante de seus objetivos sociais e humanos. As importantes conquistas apresentadas a seguir trazem uma busca da excelência empresarial redobrada pelos esforços de contemplar princípios de universalização de acesso ao bem vital de que se constituem os produtos e serviços da CORSAN:

- 10 prêmios e certificações conquistados no ano de 2005;
- 147 mil pessoas com novos acessos a água tratada em 2005;
- Obtenção de lucro há três exercícios ininterruptos, fato inédito há doze anos;
- 426 mil pessoas alcançadas por ações do Programa de Educação Ambiental da CORSAN;
- 95% dos investimentos realizados com recursos próprios, como estratégia de eficiência de curto, médio e longo prazos assumidos perante a descontinuidade de uma política de crédito federal para este fim.

Em 2005, a expansão dos serviços prestados pela CORSAN permitiu estender o abastecimento de água a 39.158 novas economias e a coleta de esgotos a 5.597. Assim, mais 147.000 pessoas, no Rio Grande do Sul, passaram a receber os benefícios da principal fonte de vida e saúde, essencial para seu bem-estar.

**Quadro 1 - Variáveis Físicas e Financeiras**

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2005	2004	Variação %
Economias Totais Água	u	2.087.714	2.048.556	1,9
Economias Totais Esgoto	u	220.691	215.094	2,6
Servidores em Atividade	u	4.373	4.551	-3,9
Produção Água	1000 m³	526.935	514.849	2,3
Receita Operacional	R\$ milhões	915,9	830,0	10,3
Custo Total dos Serviços	R\$ milhões	537,1	471,2	13,9

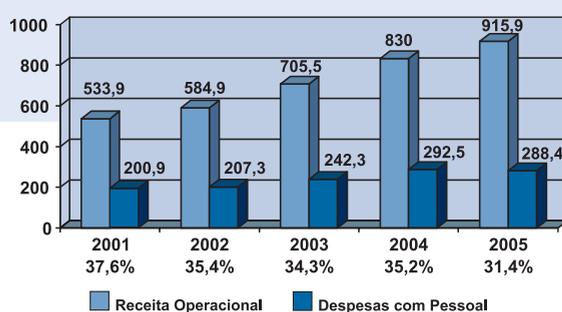
O volume de água produzido aumentou 2,3% em relação ao ano de 2004. Enquanto isto, as ações de modernização da rede, a instalação de novos hidrômetros e as campanhas de conscientização - onde se incluiu a mobilização da população em defesa dos recursos naturais - focaram os esforços sistemáticos e continuados para a redução de desperdício e perdas de água.

O Departamento de Educação Ambiental da CORSAN, que conta com a participação de facilitadores voluntários, com apoio das nove superintendências regionais, difundiu amplamente, em todas as regiões do Rio Grande do Sul, conceitos e práticas de conservação e valorização das fontes de água potável, bem como da importância do saneamento básico na vida das comunidades. Mais de 426 mil pessoas foram atingidas por estas ações.

O excelente resultado da CORSAN nos últimos três exercícios, com lucro líquido consolidado de R\$ 20,1 milhões em 2005, foi decorrente, principalmente do aumento da produção de água tratada, redução das perdas por vazamentos e da atualização das tarifas. Como empresa pública responsável pelo abastecimento de água e saneamento, manteve suas atividades buscando qualificar cada vez mais o processo de gestão e de relacionamento com seu público. Esse esforço resultou no crescimento da Receita Operacional, 10,3% em 2005 e 17,6% em 2004. Os Custos dos Serviços conservaram a proporcionalidade em relação à Receita Operacional, de 13,9% em relação a 2004, e de 22,5% em relação ao ano de 2003, como pode ser observado abaixo, na Figura 1.

**Figura 1 - Receita Operacional x Custos dos Serviços (R\$ milhões)**


No exercício de 2005, as Despesas com Pessoal somaram R\$ 288,4 milhões, correspondendo a 31,4% da Receita Operacional. O comportamento das Despesas com Pessoal em relação à Receita Operacional está demonstrado na Figura 2.

**Figura 2 - Receita Operacional x Despesas com Pessoal (R\$ milhões)**

**2 - AÇÕES INSTITUCIONAIS**
**2.1 - PROGRAMA DE MELHORIA DE GESTÃO DA CORSAN (PMG)**

Pautada pela busca incessante da melhoria dos processos de gestão, a Companhia alcançou importantes resultados no último período. A partir da parceria estabelecida, em 2004, com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), no ano de 2005 foi efetivamente implantado na empresa o Programa de Melhoria de Gestão (PMG), tendo como referências os critérios e sistemas do PGQP e do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS).

As principais lideranças da CORSAN tomaram a decisão estratégica de fortalecer o seu Sistema de Gestão, a partir de uma análise crítica dos cenários internos e externos à Companhia. Foram consideradas as principais necessidades e desafios da organização para os próximos anos. Como estratégia para a consolidação do modelo de gestão baseado na excelência empresarial foi criado o PMG. Este programa está focado em três grandes linhas de atuação, aplicadas simultaneamente sobre as estruturas-meio da Companhia e nas Unidades de Saneamento (US) e Superintendências Regionais:

- Corporativo;
- Superintendências Regionais/Unidades de Saneamento;
- Tecnologia da Informação e Comunicação.

No Programa Corporativo houve a criação de um comitê de gestão e um comitê de implementação que trabalharam o mapa estratégico, através de utilização do BSC - Balanced Scorecard, nos principais resultados-chaves, indicadores globais e sistematização de processos.

A iniciativa veio a fortalecer as inovações advindas do Contrato de Gestão, um instrumento de modernização e eficiência da administração pública, firmado entre a CORSAN e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em julho de 2003, sob a coordenação da Secretaria da Coordenação e Planejamento. Através desse instrumento de gestão, a empresa continuou enquadrando-se no Estado de Desempenho 1 (pontuação máxima), isto é, a CORSAN apresentou avanço financeiro positivo.

O PMG consolidou o processo de qualificação das Unidades de Saneamento (US), tendo alcançado, em 2005, a marca de 37 US integradas ao Programa.

Como fruto deste trabalho, relacionamos os principais reconhecimentos públicos alcançados em 2005:

- Top of Mind/2005 - Empresa Pública Eficiente mais lembrada pela sociedade;
- Top de Marketing - ADVB/2005 - Melhor Empresa Categoria Serviços;
- Medalha Bronze PQRS/2005 - Prêmio Qualidade RS - para as US de Cachoeirinha e de Dois Irmãos;
- Troféu PNQS/2005 (bronze) Nível I para as US de Cachoeirinha e de Dois Irmãos;
- Diploma PNQS Nível I/2005 para as US de Campo Bom, de São Lourenço do Sul, de Taquara e de Vacaria.

**2.2 - OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS**

A CORSAN tem desenvolvido trabalho em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e o Ministério Público do Rio Grande do Sul para elaboração de um modelo de contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O modelo busca atender às exigências legais e garantir a consolidação das relações entre o poder concedente e a concessionária, além de padronizar procedimentos e incorporar indicadores de desempenho.

A Companhia tem participado intensamente dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul. Ao aprofundar a interlocução com a sociedade civil organizada, a empresa contribui para fortalecer um modelo inovador de gestão dos recursos naturais. Além dos problemas ambientais, os Comitês atuam para diminuir conflitos de interesses entre usuários no uso e manejo da água.

A CORSAN atua, também, em ações de caráter democrático impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte de sua política de responsabilidade social corporativa, a empresa apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

**3 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS**

A retração das Agências de Fomento, principais fontes financiadoras, tanto de sistemas de abastecimento de água quanto de sistemas de esgotamento sanitário, e a insuficiência da oferta de recursos de longo prazo para o setor, permaneceram como características dominantes em 2005. Entretanto, a CORSAN manteve regulares as obrigações assumidas em exercícios anteriores e deu continuidade ao Plano de Investimentos iniciado em 2003.

O Plano incluiu contratos de projetos e obras dirigidos às Unidades de Saneamento dos municípios de Alegrete, Arroio Grande, Arvorezinha/Illópolis, Campo Bom, Cachoeira do Sul, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Cassino, Chuvisca, Dom Pedrito, Eldorado do Sul, Encantado, Esteio, Frederico Westphalen/Caixa, Gravataí, Jaguarão, Nova Santa Rita, Parobé, Passo Fundo, Pedro Osório, Quaraí, Rosário do Sul, Santiago, São Borja, São Lourenço do Sul, Sapiranga, Torres, Tramandaí, Triunfo (SITEL), Uruguaiana, Venâncio Aires e outras localidades.

Exemplos significativos da implementação do Plano de Investimentos são as obras do sistema de esgotamento sanitário de Dom Pedrito, Quaraí, e Alegrete onde foram concluídas as estações de tratamento; as linhas de recalque e as elevatórias de esgoto bruto, estando a primeira em pré-operação e as demais inauguradas.

Ainda em 2005, a CORSAN deu prosseguimento às tratativas com agências de fomento, tais como a Caixa Econômica Federal (CEF), via programa "Saneamento Para Todos" do Ministério das Cidades, e outras entidades, como o Banco Mundial (BIRD), com a finalidade de obter financiamento tanto para ações de ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário quanto para projetos de desenvolvimento institucional.

Com referência ao programa "Saneamento Para Todos", foram encaminhadas cartas-consulta para obtenção de financiamento com vista à implantação de projetos de expansão de sistemas e de melhorias operacionais envolvendo 13 localidades, totalizando R\$ 157 milhões.

Quanto às tratativas junto ao Banco Mundial, foram encaminhadas à Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, duas cartas-consulta com vista à implantação de programas, a saber:

- A primeira, denominada Programa de Modernização e Expansão Estratégica (PROMODEC), contemplando projetos de desenvolvimento empresarial, comercial e operacional, obras de expansão de alta viabilização, de caráter estratégico, social e ambiental, totalizando US\$ 60 milhões.
- A segunda, denominada Programa de Desenvolvimento Municipal e Urbano da Bacia do Rio Gravataí (PRÓ-GRAVATAÍ), contemplando obras de alta viabilização, de regularização e de melhorias operacionais dos sistemas integrados de abastecimento de água da região e obras de caráter estratégico e de atendimento de demandas sociais de esgotamento sanitário, totalizando, somente os projetos da CORSAN, US\$ 40 milhões.

O programa PRÓ-GRAVATAÍ, cabe salientar, foi desenvolvido de forma compatibilizada com cinco municípios da bacia: Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha - que também apresentaram suas cartas-consulta.

**3.1 - INVESTIMENTOS REALIZADOS**

Os valores destinados a obras e outros investimentos, distribuídos por fonte de financiamento, podem ser visualizados no Quadro 2.

**Quadro 2 - Investimentos Realizados (R\$ milhões)**

Programa	Investimentos	Percentual (%)
CEF	1,3	1,6
PIMES	1,1	1,4
Outros	0,4	0,5
Recursos Próprios	75,4	96,5
<b>Total</b>	<b>78,2</b>	<b>100,0</b>

**3.2 - FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO**

O volume de recursos aportado por meio de financiamentos de longo prazo atingiu a soma de R\$ 2,3 milhões, conforme demonstrado no Quadro 3, que relaciona a origem dos montantes captados.

**Quadro 3 - Financiamentos de Longo Prazo (R\$ milhões)**

Programa	Investimentos	Percentual (%)
CEF	1,3	53,7
PIMES	1,0	46,3
<b>Total</b>	<b>2,3</b>	<b>100,0</b>

Em que pese a continuidade da política do governo federal de restringir empréstimos originados de fontes oficiais de financiamento, notadamente às empresas estaduais do setor de saneamento, a Caixa Econômica Federal (CEF) efetuou a liberação do saldo de recursos destinados a programas de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de desenvolvimento institucional contratados anteriormente. Em relação aos recursos financiados por meio do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), foi liberado R\$ 1 milhão para execução de projetos inscritos no Programa. Novos financiamentos dessa fonte não são mais acessíveis em função da legislação vigente.

**4 - AMPLIAÇÕES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

A CORSAN presta serviços de abastecimento de água para 2.087.714 economias, e de coleta e tratamento de esgotos para 220.691 economias do Estado do Rio Grande do Sul. Para adequar-se às demandas por saneamento que o novo século exige, a Companhia investiu recursos próprios com a plena convicção de que os benefícios relativos à saúde pública e ao meio ambiente justificam todos os esforços.

Em 2005, as redes coletoras de sistemas de esgotamento sanitário tiveram acréscimo de 16.307 metros em sua extensão; a capacidade de tratamento foi elevada em 44.928 m³/dia e a possibilidade de recalque de esgotos brutos foi elevada em 10.368 m³/dia.

Quanto aos sistemas de abastecimento de água, foram assentados 210.907 metros de novas redes de água; efetivadas substituições em uma extensão de 62.281 metros de redes de água e o volume de reservação ampliado em mais 645.000 litros.

A CORSAN e o Programa de Ações e Poços (PAP), vinculado à Secretaria das Obras Públicas e Saneamento (SOPS), perfuraram 217 poços tubulares profundos em 103 localidades, perfazendo um total de 27.072 metros.

Cabe reiterar que o Rio Grande do Sul dispõe de um sistema de perfuração de poços que são construídos de acordo com padrões técnicos e legais que possibilitam o constante monitoramento da qualidade da água. Para a CORSAN, o combate ao uso de fontes alternativas, como poços artesanais clandestinos e ligações irregulares, que concorrem com o sistema de abastecimento público, é um dos desafios permanentes. As comunidades em desvantagem social são as mais vulneráveis aos riscos que os poços instalados de forma ilegal causam à saúde da população.

Para minimizar possíveis impactos causados por obras de infra-estrutura, a empresa prosseguiu em suas ações de plantios compensatórios, mediante aquisição de mudas de árvores nativas.

A CORSAN participou, também, de atividades relativas à educação ambiental, em eventos como o Dia Mundial da Água, a Semana do Meio Ambiente e a Semana Interamericana da Água. Nessas oportunidades, mais de 426.000 pessoas, em especial alunos de escolas públicas e privadas, receberam informações sobre conservação do meio ambiente pelo consumo racional dos recursos hídricos.

**5 - AÇÕES OPERACIONAIS**

Em busca de maior eficiência e eficácia na operação dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e industrial, foram desenvolvidas as seguintes ações:

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**5.1 – MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

O Laboratório Central de Águas da CORSAN manteve sua acreditação conquistada em 2003 pelo INMETRO, ampliando-a de 3 para 19 parâmetros, conforme os requisitos da NBR ISO/IEC 17025:2001, após auditoria de manutenção efetuada em junho de 2005.

No ano de 2005, foram realizados mais de 131.000 ensaios físico-químicos, microbiológicos e instrumentais de controle de qualidade da água tratada.

Todos os municípios concedentes, onde a CORSAN atua, receberam relatórios mensais e semestrais sobre a qualidade da água disponibilizada, conforme orientação do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISÁGUA).

Em atendimento à Portaria nº 518/2004, do Ministério da Saúde, foram adequados mais 10 laboratórios junto a poços, no projeto de fluoretação e desinfecção das águas. O Programa de Automação teve prosseguimento, com a implantação de mais 630 bombas dosadoras em poços e Estação de Tratamento de Água (ETA).

Encerrou-se, também, o processo de reenvazamento próprio de cilindros de cloro pequenos, reduzindo o custo e aumentando a segurança do processo, e prosseguiu-se com o programa de manutenções preventivas em cloradores, totalizando 518 intervenções.

**5.2 – MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO INDUSTRIAL E RESÍDUOS SÓLIDOS**

A CORSAN desenvolve e aplica normas, controles e padronização dos procedimentos de tratamento e gerenciamento de resíduos industriais nas atividades desenvolvidas através do Sistema de Tratamento de Efluentes Industriais (SITEI), do Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos (SICECORS) e da Estação de Tratamento de Água do SITEI (ETA/SITEI), situados no Pólo Petroquímico do Sul, em Triunfo. Também a Central de Tratamento dos Efluentes Líquidos (CETEL), localizada no complexo automotivo da General Motors do Brasil, em Gravataí, está integrada a essa rede de proteção do meio ambiente.

Apoiada nas mais modernas políticas de gestão ambiental - certificadas com a ISO 14.001, em abril de 2001, e recertificadas em maio de 2004 - a CORSAN participa, ainda, de forma permanente, de programas voltados à redução de impactos ambientais, entre estes o Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas do Pólo Petroquímico.

**5.3 – DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL**

Em função da estiagem que enfrentamos no verão 2005, perfurou-se, na localidade de Erechim, um poço profundo (900 metros) que retira água do Aquífero Guarani, totalizando um investimento na ordem de R\$ 3 milhões. Esta obra representou um marco tecnológico alcançado pela CORSAN, exigindo a contratação de equipamentos especiais, de origem petrolífera, e estabelecendo um novo padrão em comparação com a média de profundidade anteriormente realizada. Em Rio Grande, para maior segurança e confiabilidade na operação do Canal Adutor e do Sistema de Abastecimento de Água da cidade e do Distrito Industrial, foram investidos recursos na melhoria e modernização do sistema de proteção de alimentação elétrica.

Foi investido R\$ 1,1 milhão em equipamentos de pesquisa e detecção de vazamentos, moto bombas para esgotamento de valetas, válvulas redutoras de pressão e rádios transceptores que contribuem na qualificação dos serviços prestados. Visando a modernização, automação e melhorias dos sistemas de abastecimento, foram investidos R\$ 8,3 milhões na aquisição de bombas centrífugas, grupos motor bomba submersíveis, quadros de comando, válvulas borboleta, disjuntores e chaves compensadoras, motores elétricos de alta potência, grupos motor bomba submersos e em CCMs (centro de controle de motores automatizados).

**6 – AÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Em 2005, o Programa de Participação nos Resultados (PPR) foi consolidado, introduzindo efetivamente o modelo de gestão participativa na Companhia. Como uma das ferramentas mais evoluídas de relacionamento entre capital e trabalho, o Programa torna os funcionários parceiros do crescimento contínuo e sustentável da empresa. Permite, também, a divulgação e o esclarecimento da visão e da estratégia corporativa aos colaboradores, assegurando maior compromisso de todos com os resultados.

**6.1 – DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

No exercício de 2005, a CORSAN contou com um quadro de 4.373 funcionários. Em seu benefício, assegurou o cumprimento dos acordos coletivos relativos à alimentação, assistência médica complementar, educação e auxílio-creche, extensivos aos dependentes e proporcionou 2.589 oportunidades de desenvolvimento, capacitação técnica e segurança laboral. Com um investimento na ordem de R\$ 894 mil, a empresa reafirmou seu compromisso com o quadro de colaboradores.

Destacam-se, ainda, as seguintes ações voltadas ao público interno:

- a) Desenvolvimento de programa de aperfeiçoamento dos recursos humanos nas áreas de formação gerencial, operacional, comercial, gestão e educação ambiental, legislação trabalhista, segurança no trabalho e informática;
- b) Mobilização voltada ao desenvolvimento e divulgação do Programa de Participação nos Resultados (PPR), que ampliou o nível de comprometimento e motivação do corpo funcional;
- c) Implementação do Programa de Avaliação para os empregados da empresa, abordando as competências necessárias ao desenvolvimento das atividades afetas aos empregos existentes;
- d) Criação de uma política de saúde no trabalho através do Projeto de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. A iniciativa compreende atividades no local de trabalho com a finalidade de vivenciar a realidade dos funcionários e, assim, solucionar problemas a partir dos grupos e encaminhar proposições de melhorias estruturais para deliberação da Diretoria.

**6.2 – OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS**

Um conjunto de ações de otimização de processos, com impacto imediato, alcançou resultados relevantes ainda durante o exercício de 2005. São elas:

- a) Implementação gradativa da modalidade Pregão Presencial no processo de compras – que atingiu uma economicidade de 22% e uma redução de até 60 dias em relação as modalidades Tomada de Preço e Concorrência - e a liberação de horas de trabalho dedicadas aos serviços de almoxarifado para 150 funcionários;
- b) Racionalização dos Almoxarifados - redução de 168 para 15 almoxarifados. Esta ação permitiu a melhoria da efetiva gestão de materiais, racionalizando e maximizando o processo de compras e proporcionando uma significativa redução dos custos, bem como a aquisição dos materiais estritamente necessários. A expressiva redução – de cerca de 60% - no valor contabilizado de estoques de insumos representou consequência imediata deste trabalho.

**6.3 – GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

No ano de 2005, foi realizada a análise organizacional para a implantação de Governança Corporativa na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A gestão da modernização estratégica desta área é a meta da Governança para consolidar uma crescente demanda de inteligência da informação integrada. Para embasar seu planejamento de curto, médio e longo prazos foi realizado também o diagnóstico da situação atual dos sistemas e recursos e o prognóstico da estruturação da área de TIC, com a definição das diretrizes, políticas e tecnologias adequadas ao negócio da CORSAN.

**7 – AÇÕES COMERCIAIS**

Para otimizar a eficiência das relações comerciais da Companhia, foram implementadas no ano de 2005 as seguintes medidas:

**7.1 – PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DA MICROMEDIÇÃO**

Na área de micromedição, foram investidos recursos para a recuperação de 80.000 hidrômetros, direcionados à substituição de medidores parados e ou quebrados e 140.000 destinados à modernização do parque de hidrômetros e ampliação da micromedição, como também ocorreram melhorias nas Oficinas Regionais de Santa Maria e Passo Fundo.

**7.2 – SISTEMA MÓVEL DE FATURAMENTO**

As Unidades de Saneamento passaram a ser atendidas pelo Sistema Móvel de Faturamento, que engloba Leitura, Impressão e Entrega Simultânea (LIES) de fatura utilizando microcoletores de dados e impressoras portáteis para coleta de leitura e emissão simultânea de contas. No último mês do ano, o sistema alcançou 1,52 milhão de contas mensais, sendo 1,1 milhão efetuadas conforme contrato 073/2005-CELCO com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), contando com 466 funcionários treinados desta empresa, além de 200 servidores da própria Companhia.

**7.3 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL INTEGRADO (SCI)**

Em maio de 2004, a empresa deu início à efetiva implantação do novo Sistema Comercial Integrado (SCI), que substituiu o sistema utilizado desde os anos 80. Provido de tecnologia mais moderna e com atualização de regras de negócio, beneficia os usuários dos serviços e agiliza os processos internamente. Com sua implantação concluída em setembro de 2005, o SCI já atingiu 100% das economias ligadas, pertencentes à CORSAN. Para viabilizar essa meta, foi realizado curso para 980 servidores, sendo disponibilizadas, a cada um, 36 horas de aula teórica e 20 horas de treinamento no seu próprio local de trabalho.

**7.4 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA MEDIÇÃO (SIGEM)**

Paralelo à implantação do Sistema Comercial Integrado (SCI), foi implantado em 100% das Unidades de Saneamento da CORSAN, o Sistema de Gerenciamento da Medição (SIGEM), que visa à otimização da gestão do parque de hidrômetros da empresa. Para tanto, foram treinados 476 servidores da Companhia, no âmbito das Unidades de Saneamento, Regionais e Oficinas de Hidrômetros.

**7.5 – PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DO SUBSÍDIO RESIDENCIAL SOCIAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA**

Em 2005 teve continuidade o Programa de Readequação do Subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda. Iniciado em 2003, esse Programa visa atender ao maior número possível de famílias em situação de carência e que estejam sendo beneficiadas por algum programa de transferência de renda do governo federal, estadual ou municipal. É fornecido um desconto da ordem de 60% do valor da tarifa residencial básica às famílias que atendam aos critérios de enquadramento no subsídio residencial social, estabelecidos pelo Programa quando de sua fundação.

**8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desempenho econômico-financeiro da CORSAN nos últimos cinco anos pode ser avaliado na **Figura 3**, na qual se verifica crescimento de 4,7% do Lucro Bruto em comparação com o ano anterior. No período de 2005, o Lucro Bruto da empresa atingiu R\$ 296,5 milhões e o Resultado do Exercício foi de R\$ 20,1 milhões, sendo o Resultado Operacional no exercício de 2004 de R\$ 38,6 milhões e, em 2005, de R\$ 38,9 milhões. Vale ressaltar que a Companhia obteve lucro pelo terceiro ano consecutivo, fato inédito nos últimos 12 anos.

**Figura 3 – Lucro Bruto x Resultado do Exercício (R\$ milhões)**



É necessário assinalar que o trabalho desenvolvido pela CORSAN em 2005 teve como um de seus focos principais a inclusão de comunidades de baixa renda, tais como populações rurais e minorias beneficiadas com tarifa social subsidiada, que também passaram a usufruir de melhor qualidade de vida. Temos, ainda, o desafio de manter e aprimorar nossas atividades, promovendo crescimento e renovação do processo tecnológico. Finalmente, cabe registrar nosso agradecimento aos funcionários da CORSAN, à Secretaria das Obras Públicas e Saneamento e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com a confiança do Conselho de Administração e o zelo dos membros do Conselho Fiscal, por seu apoio, sem o qual não seria possível alcançar os resultados positivos apresentados neste Relatório.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2005.

**Vitor Bertini**  
**Diretor-Presidente**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2005		2004		2005		2004	
		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>	<b>221.517</b>	<b>215.379</b>	<b>222.714</b>	<b>216.256</b>	<b>419.768</b>	<b>394.556</b>	<b>419.899</b>	<b>394.391</b>
Disponibilidades	12.722	14.121	13.010	14.176	162.189	152.114	162.189	152.114
Contas a Receber de Usuários, líquidas	160.691	123.733	160.691	123.733	79.203	69.599	79.090	69.118
Estoques	23.437	38.044	24.191	38.760	19.457	19.295	19.542	19.434
Impostos e contribuições a Compensar	11.887	21.809	11.946	21.814	48.116	43.496	48.138	43.516
Créditos com Prefeituras Municipais	726	2.298	726	2.298	33.295	29.182	33.295	29.182
Créditos Fiscais Diferidos	8.332	8.965	8.332	8.965	2.847	2.949	2.847	2.949
Outros Créditos	3.722	6.409	3.818	6.510	4.893	23.701	4.893	23.707
					8.332	8.965	8.332	8.965
					24.513	23.890	24.580	23.962
					33.690	19.025	33.690	19.025
					3.233	2.340	3.303	2.419
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>173.087</b>	<b>159.493</b>	<b>173.176</b>	<b>159.602</b>	<b>964.044</b>	<b>997.529</b>	<b>964.085</b>	<b>997.583</b>
Depósitos Judiciais	88.771	75.096	88.837	75.171	498.592	555.619	498.592	555.619
Créditos com Prefeituras Municipais	2.792	3.926	2.792	3.926	530	240	530	240
Rendimentos SIAC	16.956	15.206	16.956	15.206	100.056	78.302	100.097	78.356
Créditos Fiscais Diferidos	51.168	59.343	51.168	59.343	186.694	153.597	186.694	153.597
Outros Créditos	13.400	5.922	13.423	5.956	51.168	59.343	51.168	59.343
					101.968	123.060	101.968	123.060
					25.036	27.368	25.036	27.368
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.348.266</b>	<b>1.370.706</b>	<b>1.347.303</b>	<b>1.369.759</b>	<b>359.058</b>	<b>353.493</b>	<b>359.058</b>	<b>353.493</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>2.767</b>	<b>2.759</b>	<b>858</b>	<b>845</b>	<b>352.386</b>	<b>352.386</b>	<b>352.386</b>	<b>352.386</b>
Participação em Empresa Controlada	2.009	2.001	-	-	<b>15.347</b>	<b>14.926</b>	<b>15.347</b>	<b>14.926</b>
Outros Investimentos	758	758	858	845	Auxílios para Obras	8.195	7.787	8.195
					Doações e Subvenções para Investimentos	7.152	7.139	7.152
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.345.499</b>	<b>1.367.947</b>	<b>1.346.445</b>	<b>1.368.914</b>	<b>147.444</b>	<b>164.542</b>	<b>147.444</b>	<b>164.542</b>
Imobilizado Técnico	1.239.406	1.249.045	1.240.352	1.250.012	<b>PREJUÍZO DE REAVALIÇÃO</b>	<b>147.444</b>	<b>164.542</b>	<b>147.444</b>
Obras em Andamento	106.093	118.902	106.093	118.902	<b>RESERVAS ACUMULADAS</b>	<b>(156.119)</b>	<b>(178.361)</b>	<b>(156.119)</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>1.742.870</b>	<b>1.745.578</b>	<b>1.743.193</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.742.870</b>	<b>1.745.578</b>	<b>1.743.193</b>	<b>1.745.617</b>				



**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**  
**COMPANHIA ABERTA - CNPJ 92.802.784/0001-90**

**CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 657.351**  
**CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 352.386**  
**CAPITAL REALIZADO: R\$ 352.386**



**GOVERNO DO ESTADO**  
**RIO GRANDE DO SUL**

Há 40 anos levando a vida até você.

3

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004 Reclassificado	2005	2004 Reclassificado
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>915.887</b>	<b>830.017</b>	<b>916.834</b>	<b>830.832</b>
(-) Impostos, Devoluções e Abatimentos	(82.384)	(76.345)	(85.400)	(78.860)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>833.503</b>	<b>753.672</b>	<b>831.434</b>	<b>751.972</b>
(-) Custo dos Serviços	(537.014)	(471.259)	(533.748)	(468.467)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>296.489</b>	<b>282.413</b>	<b>297.686</b>	<b>283.505</b>
(-) Despesas Comerciais	(31.728)	(51.200)	(31.871)	(51.349)
(-) Despesas Administrativas	(141.124)	(127.038)	(142.151)	(127.914)
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	(24.410)	(23.042)	(24.482)	(23.076)
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(60.290)</b>	<b>(42.468)</b>	<b>(60.257)</b>	<b>(42.496)</b>
Receitas Financeiras	63.961	61.580	63.998	61.589
(-) Despesas Financeiras	(124.251)	(104.048)	(124.255)	(104.085)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>38.937</b>	<b>38.665</b>	<b>38.925</b>	<b>38.670</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(1.372)</b>	<b>(674)</b>	<b>(1.357)</b>	<b>(674)</b>
Receitas Não Operacionais	703	1.056	718	1.056
(-) Despesas Não Operacionais	(2.075)	(1.730)	(2.075)	(1.730)
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>37.565</b>	<b>37.991</b>	<b>37.568</b>	<b>37.996</b>
(-) Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(4.824)	(6.300)	(4.825)	(6.303)
(-) Imposto de Renda	(12.597)	(15.751)	(12.598)	(15.755)
(+) Reversão da Provisão para CSLL Diferida	-	2.538	-	2.538
(+) Reversão da Provisão para IRPJ Diferido	-	7.050	-	7.050
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>2</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>20.144</b>	<b>25.528</b>	<b>20.144</b>	<b>25.528</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>	<b>67,34</b>	<b>85,34</b>		

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004 Reclassificado	2005	2004 Reclassificado
<b>I - ORIGENS DE RECURSOS</b>				
<b>DAS OPERAÇÕES</b>				
Lucro Líquido do Exercício	20.144	25.528	20.144	25.528
Itens que não afetam o Capital Circulante Líquido:				
Depreciações e Amortizações	100.783	106.994	100.920	107.127
Equivalência Patrimonial	(8)	(30)	-	-
Custos das Baixas do Ativo Permanente	2.075	813	2.082	813
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	43.349	16.139	43.349	16.139
Provisão para Contingências	32.515	32.738	32.515	32.738
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	29.565	28.209	29.562	28.218
Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	1	(2)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(39.225)	-	(39.225)
	228.423	171.166	228.573	171.336
<b>DE TERCEIROS</b>				
Aportes de Financiamentos de Longo Prazo	2.334	1.684	2.334	1.684
Parcelamento de Impostos	-	55.092	-	55.092
Doações e Subvenções	421	820	421	820
Outras Adições ao Exigível a Longo Prazo	554	-	554	-
	3.309	57.596	3.309	57.596
<b>Total das Origens</b>	<b>231.732</b>	<b>228.762</b>	<b>231.882</b>	<b>228.932</b>
<b>II - APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>				
Imobilizado	78.192	26.495	78.328	26.600
Realizável a Longo Prazo	609	8.160	586	8.141
Juros sobre Capital Próprio	15.000	9.149	15.000	9.149
Transferências de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	55.173	53.584	55.173	53.584
Transferências de Outras Obrigações de Longo Prazo para o Circulante	86.983	80.458	86.983	80.458
Amortizações do Exigível a Longo Prazo	14.849	47.469	14.862	47.486
<b>Total das Aplicações</b>	<b>250.806</b>	<b>225.315</b>	<b>250.932</b>	<b>225.418</b>
<b>III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>(19.074)</b>	<b>3.447</b>	<b>(19.050)</b>	<b>3.514</b>
<b>IV - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>				
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
NO FIM DO EXERCÍCIO	221.517	215.379	222.714	216.256
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	215.379	188.357	216.256	189.155
	6.138	27.022	6.458	27.101
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
NO FIM DO EXERCÍCIO	419.768	394.556	419.899	394.391
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	394.556	370.981	394.391	370.804
	25.212	23.575	25.508	23.587
<b>AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>(19.074)</b>	<b>3.447</b>	<b>(19.050)</b>	<b>3.514</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		AUXÍLIOS PARA OBRAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS			
<b>Saldos em 31/12/03</b>	<b>352.386</b>	<b>7.467</b>	<b>6.638</b>	<b>183.155</b>	<b>(242.436)</b>	<b>307.210</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(39.225)	(39.225)
Créditos Fiscais Diferidos	-	-	-	-	68.308	68.308
Recebimento de Auxílios e Doações	-	320	501	-	-	821
Realização de Reservas	-	-	-	(18.613)	18.613	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(9.149)	(9.149)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	25.528	25.528
<b>Saldos em 31/12/04</b>	<b>352.386</b>	<b>7.787</b>	<b>7.139</b>	<b>164.542</b>	<b>(178.361)</b>	<b>353.493</b>
Recebimento de Auxílios e Doações	-	408	13	-	-	421
Realização de Reservas	-	-	-	(17.098)	17.098	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	20.144	20.144
<b>Saldos em 31/12/05</b>	<b>352.386</b>	<b>8.195</b>	<b>7.152</b>	<b>147.444</b>	<b>(156.119)</b>	<b>359.058</b>

As notas explicativas fazem parte integrante das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Valores expressos em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, sociedade anônima de capital aberto, tem como seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 96,66% do seu capital total. O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

**2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as disposições da legislação societária brasileira e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2004 foram reclassificadas nas rubricas de Créditos Fiscais Diferidos, Provisão para Tributos Diferidos e Resultado Financeiro, para fins de comparabilidade.

**3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem as da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e sua controlada COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL. A controladora detém 93,02% do capital social votante da controlada.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- a) A controladora e a controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais;
- b) Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas, estão devidamente eliminados;
- c) Foram destacadas as parcelas do patrimônio líquido e do resultado do exercício referente às participações dos acionistas minoritários.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

**b) Contas a Receber de Serviços de Água e Esgoto**

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.

**c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Foi calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

**d) Estoques**

Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

**e) Investimentos**

A participação em empresa controlada está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição.

**f) Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, e conforme nota 11, grande parte dos bens integrantes do ativo imobilizado foi reavaliada, como também foi acrescida a Correção Monetária Complementar, art. 3º, Lei nº 8.200 de 29/06/91. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

Sistemas de Água e Esgoto	4% a.a.
Prédios e Instalações Fixas	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Demais Bens Móveis	10% a.a.

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos.

**g) Provisão para Férias e Encargos**

Foi constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

**h) Provisão para Contingências**

Foi constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, impetrados na justiça em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas.

**i) Benefícios Pós-Emprego Concedidos aos Empregados**

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a sua avaliação, de conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM 371 de 2000, a Companhia reconheceu no exigível a longo prazo, os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

**j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real.

**k) Direitos e Obrigações**

Os direitos e obrigações sujeitos à variação monetária ou variação cambial estão demonstrados pelos seus valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério "pro rata die".

**l) Uso de Estimativas**

A elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nas demonstrações contábeis e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Valores expressos em milhares de reais)

**5. CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS**

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2005	2004
Contas a Receber Vincendas		
Particular	64.663	48.054
Pública	3.864	2.765
Contas a Receber Vencidas		
Particular	28.249	26.573
Pública	43.472	38.434
Receitas a Faturar	31.193	27.368
<b>Total de Contas a Receber</b>	<b>171.441</b>	<b>143.194</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.750)	(19.461)
<b>Total de Contas a Receber, líquidas</b>	<b>160.691</b>	<b>123.733</b>

O saldo com o Poder Público, principalmente com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos dos poderes estadual, federal e municipal. Estes saldos historicamente têm sido liquidados periodicamente através de encontro de contas com os respectivos poderes.

Receitas a Faturar: refere-se aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.

**6. ESTOQUES**

O saldo de estoques está assim representado:

Itens	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Tubulações de Água e Esgoto	20.678	36.072	20.678	36.072
Materiais de Tratamento/Laboratório	1.326	1.173	2.080	1.889
Materiais Diversos	1.433	799	1.433	799
<b>Total</b>	<b>23.437</b>	<b>38.044</b>	<b>24.191</b>	<b>38.760</b>

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR**

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Imposto de Renda Retido na Fonte	62	185	62	185
Cofins a Compensar	2.519	2.016	2.519	2.016
Impostos Federais – Lei 9.430/96	–	329	–	329
Contribuição Social sobre o Lucro	2.512	5.423	2.512	5.423
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	6.172	13.561	6.172	13.561
Pasep a Compensar	547	–	547	–
Outros Valores a Compensar	75	295	134	300
<b>Total</b>	<b>11.887</b>	<b>21.809</b>	<b>11.946</b>	<b>21.814</b>

**8. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**

Em conformidade com o Pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização do Imposto de Renda e da Contribuição Social, aprovado pela Deliberação CVM 273/98, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos à parte do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, que corresponde ao mesmo montante de diferenças temporárias tributáveis relativas à reserva de reavaliação, saldo em 31/12/05 de R\$ 59.500 (R\$ 68.308 em 31/12/04).

Conforme determinado no referido Pronunciamento, o registro dos créditos fiscais diferidos ativos foi feito contra prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, por estar limitado ao valor segregado da reserva de reavaliação em exercício passado, cujo lançamento não transitou em resultado.

Em 31/12/05, a Companhia possui prejuízos fiscais remanescentes de R\$ 226.364 (R\$ 222.648 em 2004) e base negativa de contribuição social remanescente de R\$ 118.148 (R\$ 115.210 em 2004), para os quais não foram constituídos os correspondentes créditos diferidos. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, não havendo, prescrição.

**9. OUTROS CRÉDITOS CURTO PRAZO**

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Adiantamentos a Terceiros	216	292	216	292
Créditos de Empregados	2.463	2.463	2.463	2.463
Pagamentos Reembolsáveis	–	11	–	11
Por Serviços ou Obras Prestados a Terceiros	462	2.008	462	2.008
Tesouro do Estado	104	101	104	101
Créditos Diversos	477	1.534	573	1.635
<b>Total</b>	<b>3.722</b>	<b>6.409</b>	<b>3.818</b>	<b>6.510</b>

**LONGO PRAZO**

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Reclamações e Rescisões Contratuais	7.403	4.852	7.403	4.852
Créditos Diversos	5.997	1.070	6.020	1.104
<b>Total</b>	<b>13.400</b>	<b>5.922</b>	<b>13.423</b>	<b>5.956</b>

O saldo de reclamações e rescisões contratuais refere-se, principalmente, ao fornecimento de água ao município de Novo Hamburgo, relativo ao sistema integrado, cujo recebimento vem sendo discutido na esfera judicial.

**10. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA CONTROLADA**

O investimento na controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL está assim representado:

	2005	2004
	Capital Social	3.884
Patrimônio Líquido	2.160	2.151
Resultado do Período	9	(21)
Percentual de Participação – %	93,02	93,02
<b>Saldo no Início do Exercício</b>	<b>2.001</b>	<b>1.971</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	(20)
Outros Ajustes de Equivalência Patrimonial	–	50
<b>Saldo Final do Exercício</b>	<b>2.009</b>	<b>2.001</b>

**11. IMOBILIZADO TÉCNICO E OBRAS EM ANDAMENTO**

Imobilizado	Controladora					
	2005			2004		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
<b>Sistemas de Abastecimento de Água</b>						
Custo Aquisição	767.426	(288.203)	479.223	718.546	(253.217)	465.329
Correção Monetária Complementar	154.632	(115.438)	39.194	154.675	(110.204)	44.471
Reavaliação	639.729	(480.330)	159.399	640.310	(456.764)	183.546
<b>Total</b>	<b>1.561.787</b>	<b>(883.971)</b>	<b>677.816</b>	<b>1.513.531</b>	<b>(820.185)</b>	<b>693.346</b>
<b>Sistemas de Esgoto</b>						
Custo Aquisição	518.228	(94.829)	423.399	490.661	(73.614)	417.047
Correção Monetária Complementar	48.222	(30.539)	17.683	48.223	(28.718)	19.505
Reavaliação	25.069	(15.307)	9.762	25.069	(14.295)	10.774
<b>Total</b>	<b>591.519</b>	<b>(140.675)</b>	<b>450.844</b>	<b>563.953</b>	<b>(116.627)</b>	<b>447.326</b>
<b>Bens de Uso Geral</b>						
Custo Aquisição	204.155	(143.283)	60.872	190.384	(134.257)	56.127
Correção Monetária Complementar	72.727	(60.636)	12.091	72.863	(59.147)	13.716
Reavaliação	72.895	(35.112)	37.783	72.895	(34.365)	38.530
<b>Total</b>	<b>349.777</b>	<b>(239.031)</b>	<b>110.746</b>	<b>336.142</b>	<b>(227.769)</b>	<b>108.373</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.503.083</b>	<b>(1.263.677)</b>	<b>1.239.406</b>	<b>2.413.626</b>	<b>(1.164.581)</b>	<b>1.249.045</b>

A Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994, cujo saldo líquido das respectivas baixas e depreciações, monta R\$ 206.944 em 2005 (R\$ 232.850 em 2004). Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que sua realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens do ativo permanente. Em cumprimento à Deliberação CVM 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo circulante e exigível a longo prazo (nota 15).

As contas de Obras em Andamento estão compostas da seguinte forma:

	Controladora	
	2005	2004
Água – Custo Aquisição	63.273	60.960
Esgoto – Custo Aquisição	19.114	23.229
Encargos Financeiros sobre Obras	2.374	10.905
Bens de Uso Geral – Custo Aquisição	313	1.255
Adiantamentos a Terceiros	2.375	2.592
Valores Capitalizáveis Apropriados	18.644	19.961
<b>Total</b>	<b>106.093</b>	<b>118.902</b>

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme Termo de Entrega de Serviços Públicos Concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Supremo Tribunal da Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora tais serviços já tivessem sido entregues. Em virtude dessa pendência judicial, a partir de janeiro de 1997, a Companhia deixou de contabilizar a depreciação gerada por estes bens e aguarda decisão definitiva do Judiciário para então registrar contabilmente seus efeitos. Os saldos relativos a esta pendência são os seguintes:

Conta	Imobilizado Técnico de Novo Hamburgo					
	Custo Corrigido			Depreciação Acumulada		
	Normal	CMC	Reavaliação	Normal	CMC	Reavaliação
Sistema de Abastecimento Água	6.957	2.505	19.275	(2.838)	(1.435)	(9.141)
Sistema de Esgoto	907	1.653	49	(273)	(387)	(26)
Bens de Uso Geral	2.712	1.831	1.105	(556)	(328)	(908)
<b>Total</b>	<b>10.576</b>	<b>5.989</b>	<b>20.429</b>	<b>(3.667)</b>	<b>(2.150)</b>	<b>(10.075)</b>

O Custo Corrigido totaliza R\$ 36.994 e a Depreciação Acumulada R\$ 15.892, e estão incluídos nos saldos apresentados no quadro inicial desta nota explicativa.

O Imobilizado Técnico da controlada está assim representado:

Imobilizado	2005			2004		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
<b>Bens de Uso Geral</b>						
Custo Aquisição	3.139	(2.193)	946	3.042	(2.075)	967
<b>Total</b>	<b>3.139</b>	<b>(2.193)</b>	<b>946</b>	<b>3.042</b>	<b>(2.075)</b>	<b>967</b>

**12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

Instituição	Indexador	Taxa de Juros Anual	Último Vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto Prazo		Longo Prazo	
				2005	2004	2005	2004
CEF - Caixa Econômica Federal	UPR*	5 a 12%	28/12/2015	15.180	13.470	137.069	146.943
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/2014	24.383	22.432	229.201	245.058
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11%	20/02/2016	7.466	8.168	13.651	19.424
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,85%	26/07/2020	115.160	108.044	118.671	144.194
<b>Total</b>				<b>162.189</b>	<b>152.114</b>	<b>498.592</b>	<b>555.619</b>

\* UPR – Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR).

O financiamento com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Os demais empréstimos e financiamentos tiveram a finalidade de ampliação e modernização do sistema de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, realizada pelas instituições financeiras.

Composição dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

Ano	Controladora	
	Valor	
2007	108.532	
2008	108.489	
2009	101.692	
2010	29.127	
2011	26.089	
Após 2011	124.663	
<b>Total</b>	<b>498.592</b>	

**13. FORNECEDORES CURTO PRAZO**

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Fornecedores de Materiais	7.305	8.777	7.192	8.296
Prestadores de Serviços	71.553	54.692	71.553	54.692
Parcelamento de fornecedores de bens e serviços - DMAE	–	5.259	–	5.259
Parcelamento de fornecedores de bens e serviços - CEEE	345	871	345	871
<b>Total</b>	<b>79.203</b>	<b>69.599</b>	<b>79.090</b>	<b>69.118</b>

**LONGO PRAZO**

O valor de fornecedores registrado no longo prazo refere-se a parcelamentos com a CEEE, e tem saldo de R\$ 530 em 31/12/05 (R\$ 240 em 31/12/04).

**14. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

Imposto ou Contribuição	Indexador	Taxa de Juros	Último Vencimento	Controladora			
				Curto Prazo		Longo Prazo	
				2005	2004	2005	2004
IRPJ s/Lucro Inflac. - Proc. 11080.009570/2003-90		SELIC	31/08/2008	2.271	1.978	3.784	5.276
COFINS - Proc. 11080.006781/2004-51		SELIC	31/08/2009	13.336	11.400	35.561	41.799
PASEP - Proc. 11080.009138/2005-61		SELIC	31/10/2010	10.352	–	39.685	–
PASEP - Proc. 11080.001942/00-52		SELIC	31/10/2010	1.388	–	5.322	–
INSS - Proc. 56839		SELIC	28/02/2006	2.596	14.088	–	2.348
INSS - Proc. 01629386-0		SELIC	20/04/2013	942	905	5.969	6.633
INSS - Proc. 601747275		SELIC	20/07/2007	11.156	9.884	6.507	15.649
INSS - Proc. 601812		SELIC	20/01/2008	2.980	2.632	3.228	5.483
SESI 1503		SELIC	30/11/2006	1.899	1.553	–	661
SESI Honorários 1503H		SELIC	30/11/2006	61	54	–	23
SENAI 40403		SELIC	30/11/2006	187	163	–	72
SENAI Honorários 40403H		SELIC	30/11/2006	7	6	–	3
SENAI 7602003		SELIC	30/11/2006	909	805	–	343
SENAI 7602003H		SELIC	30/11/2006	32	28	–	12
<b>Total</b>				<b>48.116</b>	<b>43.496</b>	<b>100.056</b>	<b>78.302</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Valores expressos em milhares de reais)

Os vencimentos dos impostos e contribuições sociais a longo prazo estão previstos como segue:

Controladora	
Ano	Valor
2007	38.041
2008	28.046
2009	21.838
2010	9.954
2011	948
Após 2011	1.229
<b>Total</b>	<b>100.056</b>

A controlada possui parcelamento de Programa de Integração Social – PIS no valor de R\$ 22 em 31/12/05 (R\$ 20 em 31/12/04) no curto prazo e R\$ 41 em 31/12/05 (R\$ 54 em 31/12/04) no longo prazo.

**15. PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS**

Contas	Controladora e Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2005	2004	2005	2004
Provisão de CSLL s/Reserva de Reavaliação	2.206	2.373	13.550	15.715
Provisão de IRPJ s/Reserva de Reavaliação	6.126	6.592	37.618	43.628
<b>Total</b>	<b>8.332</b>	<b>8.965</b>	<b>51.168</b>	<b>59.343</b>

**16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo exigível a longo prazo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão favorável. Estes valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos administradores e da assessoria jurídica. Para parte destas demandas judiciais foram requeridos depósitos que estão registrados no ativo realizável a longo prazo.

A provisão para contingências é composta como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2005	2004
Ações Fiscais	1.429	43.576
Ações Trabalhistas	57.451	49.517
Ações Cíveis	43.088	29.967
<b>Total</b>	<b>101.968</b>	<b>123.060</b>

Adicionalmente a Companhia está efetuando um levantamento detalhado de todos os processos em que é Ré ou Autora, bem como dos depósitos judiciais existentes e sua inclusão em um novo sistema de controle, já adquirido para este fim. Até a conclusão do registro de todas as causas no novo sistema, a provisão foi constituída com base nos processos conhecidos controlados através de planilhas eletrônicas, conforme descrito acima.

As principais contingências provisionadas, são como segue:

**Ações Fiscais: PASEP**

a) Face ao advento da Lei Estadual nº 329 de 28/05/99, a CORSAN como Sociedade de Economia Mista do Estado, ficou desvinculada do Programa Federal de Formação do Patrimônio Público – PASEP, portanto deixou de efetuar os recolhimentos das contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 08 de 03/12/79, a partir dos fatos geradores de junho/99.

Em 24/03/00 a CORSAN recebeu Auto de Infração no valor de R\$ 3.520 pelo não pagamento desta contribuição, como também solicitou impugnação dos valores em 20/04/00.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão relativa ao principal autuado, acrescido de juros, cujo montante em 31/12/04 totalizava R\$ 5.142.

O Recurso Extraordinário foi julgado em data de 11/10/05, sendo que foi julgada improcedente a ação ordinária ajuizada pela parte recorrida (CORSAN). Desta forma, obedecendo o prazo estipulado pela Receita Federal do Brasil, em Carta Cobrança, a Companhia consolidou parcelamento em 01/11/05, totalizando R\$ 6.873, a ser pago em 60 parcelas mensais.

b) Baseado em Parecer da Assessoria Jurídica da Companhia, vinha sendo provisionado o PASEP, principal e encargos, referente as competências a partir de fevereiro de 2000. Esta rubrica totalizava R\$ 36.820 em 31/12/04.

Face a decisão judicial de 11/10/05 da ação citada anteriormente, a CORSAN consolidou parcelamento da dívida através do Processo nº 11080.009138/2005-61, totalizando em 01/11/05 R\$ 51.250, a ser pago em 60 parcelas mensais.

**Ações Trabalhistas**

a) Processo 241/93 SINDIÁGUA - A origem do processo foi em decorrência da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, decorrente do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou a ação. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou estando atualmente em fase de liquidação. Em 31/12/05 esta provisão totaliza R\$ 17.737 (R\$ 16.459 em 31/12/04).

b) Outras Reclamações Trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por funcionários e ex-funcionários da Companhia e totalizam 2.459 ações. Em 31/12/05 esta provisão totaliza R\$ 39.714 (R\$ 33.058 em 31/12/04).

**Ações Cíveis**

Estas ações referem-se primariamente a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, ajuizados tanto no Juizado Especial Cível - JEC ou na justiça comum. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações de obrigação de fazer realizar, ações populares, entre outras. Em 31/12/05 esta provisão totaliza R\$ 43.088 (R\$ 29.967 em 31/12/04).

A Companhia possui ainda ações cíveis ajuizadas contra si, para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, R\$ 10.554 em 31/12/05 (R\$ 10.256 em 31/12/04) e remotas R\$ 4.271 em 31/12/05 (R\$ 2.139 em 31/12/04).

Adicionalmente, em agosto de 2005, a CORSAN foi notificada de ação pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande. Essa ação requereu da Companhia, entre outras ponderações, indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais aos moradores do Parque Marinha. O valor da causa estipulado pelo Autor foi de R\$ 375.000, considerando 50 salários mínimos por habitante. Conforme opinião dos assessores jurídicos externos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito.

**17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva, avaliado anualmente por atuário independente. O custo anual para a patrocinadora é em média 12% sobre o total dos salários de participação de todos os empregados e assistidos. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a sua avaliação, de conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente.

A CORSAN possui contratada a Reserva a Amortizar referente ao passivo existente na Fundação CORSAN, cujo saldo em 31/12/05 é de R\$ 219.989 (R\$ 182.779 em 31/12/04).

A Companhia contratou um Atuário Independente para proceder ao cálculo do passivo da CORSAN relativo a contribuição ao Fundo de Previdência de seus funcionários, registrado na conta de Provisão para Benefício Pós-Emprego, de forma a atender as normas estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371. Considerando os valores das provisões de "PAI/SPP" e "IPE", na proporção acumulada de 4/5 para 2005, descontado o saldo da Reserva a Amortizar contratada, a Provisão para Benefício Pós-Emprego acumulada em 31/12/05 é de R\$ 25.036 (R\$ 27.368 em 31/12/04).

As reservas técnicas, em 31 de dezembro, da Fundação CORSAN (total geral) estão demonstradas a seguir:

Descrição	2005	2004
Benefícios Concedidos	361.082	274.985
Benefícios a Conceder	129.304	119.416
<b>Reservas Matemáticas</b>	<b>490.386</b>	<b>394.401</b>
Superávit/Déficit Técnico	1.160	1.661
<b>Total das Reservas Técnicas</b>	<b>491.546</b>	<b>396.062</b>

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada:

	2005	2004
Valor Presente da Obrigação Atuarial	735.427	648.535
Valor Justo dos Ativos do Plano	(270.393)	(213.281)
<b>Obrigações Descobertas</b>	<b>465.034</b>	<b>435.254</b>
Ganho (Perda) Atuarial a Amortizar	(318.349)	(243.573)
<b>Valor da Obrigação Atuarial Líquida</b>	<b>146.685</b>	<b>191.681</b>
Passivo Reconhecido da CORSAN com a Fundação	(219.988)	(182.779)
Passivo Reconhecido Excedente a Obrigação Atuarial	73.303	-
Provisão "PAI/SPP"	11.390	9.276
Provisão "IPE SAÚDE"	13.646	9.190
<b>Passivo Líquido Reconhecido no Balanço</b>	<b>25.036</b>	<b>27.368</b>

A movimentação da provisão registrada, incluindo a provisão para aposentadoria incentivada, é como segue:

	2005	2004
Passivo Líquido no Início do Exercício	27.368	11.229
Despesa do Exercício	50.700	23.296
Reserva a Amortizar Contratada no Exercício	(45.681)	-
Pagamento de Contribuições e Aposentadoria Incentivada	(7.351)	(7.157)
<b>Passivo Líquido no Final do Exercício</b>	<b>25.036</b>	<b>27.368</b>

A despesa do exercício tem a seguinte composição:

	2005	2006
	Real	Estimada
Custo do Serviço Corrente Bruto	12.926	14.066
Contribuições dos Participantes	(10.551)	(11.956)
<b>Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>2.375</b>	<b>2.110</b>
Custo dos Juros	78.778	73.759
Amortização Obrigação Inicial	41.290	41.290
Amortização (Ganhos)/Perdas	4.457	6.224
Retorno dos Investimentos	(40.827)	(34.413)
Ganho Atuarial Não Reconhecido	13.518	-
<b>Total da Despesa Atuarial gerada no Exercício</b>	<b>99.591</b>	<b>88.970</b>
Ajuste referente reflexos paridade e parcela do custo de responsabilidade dos participantes	(101.142)	-
Reserva a Amortizar Contratada no Exercício	45.681	-
Varição na Provisão PAI/SPP e IPE Saúde	6.570	-
<b>Total da Despesa do Exercício</b>	<b>50.700</b>	<b>88.970</b>

As principais premissas atuariais utilizadas em 31/12/05, são conforme segue:

- a) Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 12,36% ao ano (inflação média de longo prazo de 6% ao ano, acrescida de juros reais de 6% ao ano).
- b) Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 12,36% ao ano (inflação média de longo prazo de 6% ao ano, acrescida de juros reais de 6% ao ano).
- c) Taxa de crescimento salarial 8,5% ao ano (inflação média de longo prazo de 6% ao ano, acrescida de crescimento real de 2,4% ao ano).
- d) Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 6% ao ano (igual a inflação média de longo prazo).
- e) Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,97 ou 97% (compatível com a inflação média de longo prazo de 6% ao ano).
- f) Taxa de rotatividade: Tábua decrescente em função da idade atingida, representando uma rotatividade média ao longo dos anos remanescentes de atividade da ordem de 0,77% ao ano.
- g) Tábua Geral de Mortalidade: (q<sub>x</sub>) da GAM-83 (DESAGRAVADA EM 10%).
- h) Tábua de entrada em invalidez: (i<sub>x</sub>) LIGHT (MÉDIA)
- i) Tábua de mortalidade de inválidos: (q<sub>l</sub>) igual ao (q<sub>x</sub>) da GAM-71.
- j) Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para q<sub>x</sub> / i<sub>x</sub> / q<sub>l</sub>.
- k) Composição de família: experiência obtida na região de atuação da empresa patrocinadora.

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
Estado do Rio Grande do Sul	149.567.607	139.567.607
Caixa de Administração da Dívida Pública S.A. – CADIP	-	10.000.000
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2
<b>Total</b>	<b>149.567.627</b>	<b>149.567.627</b>

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou, nos exercícios de 2005 e 2004, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 15.000 e R\$ 9.149 respectivamente, utilizando como base a taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido, observando o maior limite entre 50% do lucro antes do imposto de renda ou 50% do saldo de lucros acumulados.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração de resultado na linha de despesas financeiras para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de aproximadamente R\$ 5.100 em 2005 (R\$ 3.111 em 2004).

**19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS – CIEL**

A CORSAN transaciona com a empresa controlada o produto químico sulfato de alumínio líquido à razão de 1.300 toneladas/mês, que é utilizado no tratamento da água.

As condições de aquisição do referido produto são estabelecidas na legislação vigente com dispensa de licitação, com prazo de vencimento de 30 dias, sendo que os preços praticados estão alinhados com o mercado no valor de R\$ 702,22 tonelada/FOB. Os valores a seguir demonstrados, evidenciam as transações havidas entre a controladora e a controlada:

Contas	Controladora		Controlada	
	2005	2004	2005	2004
Créditos a Receber	3	1	954	1.068
Faturamento relacionado	35	15	10.487	8.752

**b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

Os valores a seguir demonstrados, evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

Descrição	2005	2004
Faturamento de contas de água devido pelo Estado - Saldo a Receber	31.678	19.427
Juros do SIAC - Caixa Único - Saldo a Receber da Secretaria da Fazenda Estadual	16.956	15.206
Quitação pelo Governo do Estado dos Empréstimos do BID(*)	(104.328)	(95.426)
Juros sobre o Capital Próprio a pagar para o Estado	(33.690)	(19.025)

(\*) Saldo mantido na própria conta de empréstimo até a formalização do referido repasse junto ao governo estadual.

Criado pelo Decreto Lei 33.958 de 24 de maio de 1991, SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado, determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos lá depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. O montante dos rendimentos acumulados em 31/12/05 é de R\$ 16.956 (R\$ 15.206 em 31/12/04) relativo aos rendimentos apropriados desde abril de 2001, tendo sido apropriados o montante de R\$ 1.750 em 2005 (R\$ 4.628 em 2004).

**c) Prefeituras**

As Prefeituras Municipais de Estrela, Carazinho, São Marcos, Muçum, Rosário do Sul, Lajeado, Quaraí e Cerro Largo detêm 0,000013% do capital total da Companhia. Dentre as quais, as Prefeituras de Estrela, Carazinho, Rosário do Sul, Lajeado e Quaraí possuem débitos com a CORSAN referentes ao faturamento de água e esgoto, débitos esses que totalizam R\$ 2 em 31/12/05 (R\$ 13 em 31/12/04).

**d) Fundação CORSAN**

Os valores abaixo referem-se a parcelamentos da Reserva a Amortizar junto à Fundação CORSAN.

Contratos	Indexador	Taxa de Juros	Último Vencimento	Curto Prazo		Longo Prazo	
				2005	2004	2005	2004
Fundação CORSAN Contr. 1298	INPC	6% a.a	31/03/2018	2.100	1.996	14.771	14.994
Fundação CORSAN Contr. 042001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	12% a.a	31/12/2010	13.500	12.985	38.867	44.085
Fundação CORSAN Contr. 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	6% a.a	21/12/2020	10.071	9.649	90.889	90.998
Fundação CORSAN Contr. 112209	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	6% a.a	31/10/2006	1.083	1.159	-	948
Fundação CORSAN Contr. 209.383	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	12% a.a	31/10/2006	1.849	2.131	-	1.540
Fundação CORSAN Contr. 345.674	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP	6% a.a	31/10/2006	1.178	1.262	-	1.032
Fundação CORSAN Contr. 122005			01/12/2018	3.514	-	42.167	-
<b>Total</b>				<b>33.295</b>	<b>29.182</b>	<b>186.694</b>	<b>153.597</b>

Os Contratos 1298, 042001 e 122001 estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Valores expressos em milhares de reais)

Os vencimentos dos parcelamentos com a Fundação Corsan a longo prazo estão previstos como segue:

Controladora	
Ano	Valor
2007	21.060
2008	21.060
2009	21.060
2010	21.094
2011	11.352
Após 2011	91.068
<b>Total</b>	<b>186.694</b>

**e) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS**

Os valores devidos a PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação, em 31/12/05 o saldo a pagar é de R\$ 31.580 (R\$ 21.277 em 31/12/04).

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados para os exercícios findos em 31/12/05 e 31/12/04 podem ser demonstrados como segue:

Reconciliação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro	Controladora			
	2005		2004	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	37.565	37.565	37.991	37.991
Adições (Exclusões)				
Despesa de Juros sobre o Capital Próprio	(15.000)	(15.000)	(9.149)	(9.149)
Depreciação da Reavaliação	25.843	25.843	28.107	28.107
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(8.710)	(8.710)	17.879	17.879
Provisão para Contingências	(21.092)	(21.092)	29.256	29.256
Provisão para Benefícios Pós Emprego	(2.332)	(2.332)	16.139	16.139
Provisão para Benefício Suplementar	45.681	45.681	-	-
Variação Cambial	(21.566)	(21.566)	(27.689)	(27.689)
Contas a Receber de Entidades Públicas	246	246	820	820
Multa PASEP	6.520	-	-	-
Provisões Diversas	9.462	9.462	-	-
Depreciações de Encargos Financeiros	12.510	12.510	7.199	7.199
Outros	4.835	13.958	(6.168)	(551)
Base de Cálculo	73.962	76.565	94.385	100.002
Compensação de Prejuízos Fiscais	(22.189)	(22.970)	(28.316)	(30.001)
Base de Cálculo após Compensação de Prejuízos Fiscais	51.773	53.595	66.069	70.001
Aliquota Aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social antes das Deduções	12.943	4.824	16.517	6.300
Deduções do IR e CS e Outros Ajustes	(346)	-	(766)	-
<b>Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>12.597</b>	<b>4.824</b>	<b>15.751</b>	<b>6.300</b>

A Companhia não está constituindo créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias.

A controlada, CIEL, apurou em 31/12/05, Contribuição Social de R\$ 1 (R\$ 3 em 31/12/04) e Imposto de Renda de R\$ 1 (R\$ 4 em 31/12/04).

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros existentes em 31/12/05 são: disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e parcelamentos de impostos e contribuições, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. A Companhia não realizou até 31/12/05 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução nº 235/95 da Comissão de Valores Mobiliários.

Os empréstimos e financiamentos em 31/12/05, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 12, possuem R\$ 233.831 vinculado ao dólar Norte Americano, para o qual não existe mecanismo de proteção contra eventuais oscilações. Todos os financiamentos, em 31/12/05, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2005.

**Vitor Bertini**  
Diretor-Presidente  
CPF nº 238.386.710-15

**Jorge Luiz Costa Melo**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
CPF nº 149.304.120-72

**Jorge Luis Accorsi**  
Diretor de Operações  
CPF nº 254.700.860-20

**Sérgio Luiz Klein**  
Diretor de Expansão  
CPF nº 269.098.390-72

**Alexandre Susin**  
Diretor Administrativo  
CPF nº 371.190.360-68

**Elena Hahn Raupp**  
Superintendente de Contabilidade  
Contadora CRC/RS nº 25.777  
CPF nº 177.314.700-59

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN  
Porto Alegre - RS

- Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e controlada, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Exceto pelo comentado no parágrafo 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Conforme mencionado na nota explicativa 16, a Companhia está efetuando um levantamento detalhado dos processos judiciais em aberto. A Companhia não possui no momento controle da totalidade dos processos existentes e de depósitos judiciais em aberto. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade dos saldos, em 31 de dezembro de 2005, das contas de depósitos judiciais e provisão para contingência nos montantes de R\$ 88.771 mil e R\$ 101.968 mil, respectivamente. Estes valores foram registrados com base nos controles existentes e podem estar sujeitos a modificações dependendo do resultado do levantamento e registro pela Companhia em sistema eletrônico específico.
- Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se houverem, do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e controlada, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 10 de março de 2006.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 11.609/S/RS  
**Roberto Wagner Promenzio**  
Contador  
CRC nº 1 SP 088.438/O-9/S/RS

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias examinaram o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados e demais Relatórios Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes, recomendam que os referidos documentos sejam aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 14 de março de 2006.

SERAFIM GABRIEL QUISSINI JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS DEMÉTRIO CARLOS LAZZARETTI

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados e demais Relatórios Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, aprovam os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 14 de março de 2006.

**Frederico Cantori Antunes** **Vitor Fernando Bertini** **Celso Bernardi** **Jaime Cerbaro** **Adair José Trott**  
Presidente do Conselho **Conselheiro** **Conselheiro** **Conselheiro** **Conselheiro**